



LORELAI KURY

No calor da pátria

LORELAI KURY
é professora da Casa
de Oswaldo Cruz e
da UERJ.

*“Chaque latitude a son empreinte,
chaque climat a sa couleur”*
(Cabanis, 1802).

atualmente, considerar a produção de conhecimento no Brasil significa refletir, por exemplo, sobre redes internacionais, instituições de ensino, pesquisa e fomento. Há dois séculos, quando o campo das atividades científicas começava a se instituir como instância autolegitimada, a própria situação física e geográfica da América portuguesa era vista como empecilho para a realização das atividades ditas “do espírito”. Essa opinião não era nova, mas foi alvo de debate científico e filosófico a partir do momento em que alguns letrados nascidos no Brasil passaram a considerar central seu pertencimento ao espaço público de uma pátria situada nos trópicos.

Em 1791 o pernambucano Manoel Arruda da Câmara (c. 1752-1811) defendeu uma tese na Faculdade de Medicina de Montpellier intitulada “Disquisitiones Quaedam Physiologico-chemicae, de Influentia Oxigenii in Oeconomia Animalium”¹, na qual desenvolve o argumento de que o oxigênio é responsável pela diversidade das cores da espécie humana. Segundo ele, os negros nascem brancos e adquirem gradualmente cor mais escura pelo contato com o ar. Como prova desse fato — afirma — bastaria observar que a pele que se esconde sob o prepúcio dos homens negros é branca. Os agentes responsáveis pelas diferentes cores humanas seriam a menor ou a maior quantidade de oxigênio, decorrente da temperatura e da intensidade da luz solar, e qualquer outro fenômeno que interfira na atuação do oxigênio, como a alimentação. Em seguida, discorre sobre a necessidade que os seres humanos têm de “calórico”. Os indivíduos que vivem em regiões onde o ar é frio ou rarefeito têm, segundo o naturalista, pulmões maiores para abarcarem mais oxigênio e suprirem a falta de calor. Além disso, os habitantes dos climas frios chegariam ao ponto de ter que se vestir com peles de

¹ M. A. da Câmara, “Disquisitiones Quaedam Physiologico-chemicae, de Influentia Oxigenii in Oeconomia Animalium...”, Montpellier, Joannem Martel nato Majorem, 1791, in M. A. da Câmara, *Obras Reunidas*, Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.



**Personagens
famosos do
Iluminismo,
dentre os
quais Voltaire,
reúnem-se em
jantar filosófico**

animais para poder sobreviver. Daí Câmara conclui que a cor “natural” dos homens não seria a branca e sim a daqueles que habitam as regiões intertropicais, os quais podem sobreviver sem o auxílio de artificios.

O brasileiro chama em favor de sua asserção o célebre Lineu. Trata-se de uma tese, de 1763, sobre vegetais comestíveis, em que se pode ler:

“Ao homem, saído inteiramente nu da natureza, parece com toda a verossimilhança terem sido destinadas as regiões tropicais, mais quentes, ainda que por meio de sua indústria e sagacidade fizeram as regiões mais frias habitáveis. O eterno estio tropical faz crescer plantas verdes, flores e frutos por todo o ano, e neste seu lugar natal, por conta disso, fez o homem se alimentar das plantas”².

Ao evocar a autoridade de Lineu, Câmara opõe-se explicitamente a autores como Buffon e Valmont de Bomare³, que, segundo ele, levados pelo amor a sua pátria, consideravam que a cor natural dos homens seria o branco. Para Buffon, com efeito, o habitat inicial da espécie humana seria sob um clima temperado, entre 40 e 50 graus de latitude. Segundo esse autor “é também nesta zona que se encontram os homens mais belos e mais bem feitos; é neste clima que

devemos tomar o modelo ou a unidade com a qual contrastar todos os demais matizes de cor e beleza”⁴.

As concepções de Câmara, que contrariam idéias bastante difundidas no Século das Luzes, acompanham-no ao longo de sua vida. Em memória sobre a utilidade dos jardins, que escreveu quase 20 anos depois, insiste na mesma tese: os primeiros homens habitavam regiões intertropicais. Nesse texto ele dá ênfase à facilidade de alimentar-se nas zonas mais próximas do Equador, argumento – afirma ele – corroborado por Lineu:

“Se lançarmos um golpe de vista filosófico sobre a superfície do globo, veremos que os países situados entre os trópicos parecem ser os únicos destinados pela Natureza para habitação dos homens; pois que só ali é que ele pode viver comodamente sem o socorro d’Arte, e nutrir-se dos inumeráveis frutos que a terra prodigamente lhe liberaliza, e que se não encontram nos países vizinhos dos pólos”⁵.

O mesmo tema está presente em seu mais famoso escrito: *Memória sobre a Cultura dos Algodoeiros*, de 1797, publicado em Portugal pela tipografia do Arco do Cego em 1799, e também estampado, com ligeiras

2 Johannes Salberg [Linnaeus], “Fructus esculenti de”, in *Amoenitates Academicae*, Upsala, v. 6 (119), 1763. Salberg era aluno de Lineu. Tradicionalmente, as teses são atribuídas ao mestre e defendem seu ponto de vista. Trecho traduzido do latim por C. Z. Camenietzki.

3 Câmara não indica sua fonte. Sobre os autores que refletiram acerca do estatuto das Américas, ver o clássico: Antonello Gerbi, *La Disputa del Nuevo Mundo. História de Una Polêmica*, México, Fondo de Cultura Económica, 1960.

4 Buffon, *Histoire Naturelle, Générale et Particulière*, 1749-1767.

5 M. A. da Câmara, *Discurso sobre a Utilidade da Instituição de Jardins nas Principais Províncias do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1810, in M. A. da Câmara, op. cit., p. 198.

modificações, no periódico *O Patriota* (no Rio de Janeiro) ao longo do ano de 1813. Nessa memória desenvolve diversos assuntos relacionados ao algodão, inclusive reflexões filosóficas sobre sua utilidade. A produção de tecidos a partir da planta impõe a consideração das relações da humanidade com as roupas em termos de uma lógica de desenvolvimento das ciências e das artes baseada na necessidade e no acaso. Segundo ele, a tecelagem não deve ter sido das primeiras artes a serem inventadas, já que no início não haveria necessidade de panos para esquentar o corpo, pois os primeiros homens certamente teriam vivido em um clima ameno. Um dos desdobramentos da reflexão sobre o “homem natural” e o tecido foi a relativização do pudor. Afirma Câmara em nota:

“O pudor, que hoje nos parece tão natural em um e outro sexo, não podia decidir o homem a inventar, nem dar o mínimo para a invenção da arte de tecer; porque a maior parte do povo selvagem, que vive nos bosques do Brasil em um estado bem vizinho ao natural, anda inteiramente nua: eu vi na Aldeia de S. Gonçalo na minha viagem do Piauí, 160 índios, Gamelas de nação, desentranhados há pouco daqueles vastos matos, andarem inteiramente nus, e tão despojados, que se apresentavam assim mesmo à maior publicidade, tanto mulheres, como homens”⁶.

Assim, a partir desses exemplos, escolhidos dentre os seus mais importantes escritos, pode-se perceber que Câmara norteia suas investigações filosóficas no sentido de valorizar o Brasil e seus habitantes indígenas. O “patriotismo” de Câmara não deve ser confundido com o nacionalismo posterior. Homem da esfera de influência de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o naturalista provavelmente valorizava a natureza e os habitantes do Brasil como sendo uma porção privilegiada do Império português⁷. Muitas vezes suas referências são Pernambuco e a América, muito mais que um genérico Brasil. É importante ressaltar que, embora a exaltação da natureza americana fosse uma

atitude corrente, a valorização dos indígenas com base em argumentos científicos, sobretudo químicos, é uma apropriação bastante original da história natural da época.

Outros naturalistas luso-americanos das Luzes sustentavam a idéia de que as cores da pele humana dependiam apenas do ambiente e não alteravam a essência do ser humano. No entanto, Arruda da Câmara vai a um nível de explicação muito mais complexo, apontando como se daria a ação física e química do ambiente sobre o corpo humano.

Seu contemporâneo Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) defendia de forma genérica o ponto de vista de que as cores dependem do clima e não seriam o

Acervo da Biblioteca de Guita e José Mindlin



Gravura de máquina para destilação publicada no periódico *O Patriota*, 1813

resultado de nenhum processo de degeneração, como pensavam diversos *philosophes*. É importante ressaltar que sua crença na universalidade do homem não acarretava necessariamente a defesa “humanitária”⁸ sem mediações dos indígenas ou dos africanos. Durante sua estada no Brasil por ocasião da assim chamada “viagem filosófica”, teve oportunidade de recomendar a guerra contra os muras. Acreditava também ser útil o envio anual de pelo menos 1.500 escravos africanos para a Amazônia e Mato Grosso, aparentemente seguindo o modelo adotado nas Antilhas⁹. Apesar disso, do ponto de vista da história natural, ou seja, da descrição física e moral das “variedades” da

6 *O Patriota*, Rio de Janeiro, jan./1813, p. 24.

7 Sobre a noção de pátria, cf. *O Patriota* [1813-1814]: *Luzes Imperiais*, Fiocruz/Biblioteca Nacional, 2007 (no prelo).

8 O caráter “humanitário” das ideologias da época não acarretava necessariamente concepções de igualdade civil ou política. Cf. Michèle Duchet, 1995.

9 Eduardo Galvão e Carlos Moreira Neto, “Introdução”, in Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias – Antropologia*. S. I., Conselho Federal de Cultura, 1974, p. 19.

**Gravura da
viagem de
Alexandre
Rodrigues
Ferreira. Os
indígenas são
retratados
em ambiente
tropical**



espécie humana, Ferreira parece considerar a cor dos homens como uma característica circunstancial. Sobre os negros africanos escreveu pouco e nunca como tema central das memórias. Já os indígenas brasileiros mereceram descrições mais cuidadosas e criteriosas, tanto em textos escritos em função de um mapeamento físico e político da população da América portuguesa, quanto em reflexões mais teóricas acerca da espécie humana. Sobre esse ponto, redigiu uma interessante memória sobre a “classe dos mamíferos”, em que afirma:

“A diversidade de sua cor, os diversos lugares em que habita, os seus usos e faculdades corporais, indicam que, como em outros animais, também a sua espécie apresenta variedades. Nesse sentido o índio tapuia é uma delas. Ele é tão homem como o europeu, o asiático e o africano; em razão da diversidade de sua cor e do país de sua habitação, nós pelo nome de sua própria língua os denominamos de tapuias [...]. Os tapuias não têm outra diferenças senão as que são acidentais ao ser humano”¹⁰.

Ferreira e Câmara, apesar das diferenças de método e de enfoque, buscam tratar

as características da região tropical como naturais. Sua geração foi identificada por Maria Odila da Silva Dias como a primeira que buscou adequar os conhecimentos europeus à vida nas terras brasileiras. Dessa experiência advieram, em muitos casos, soluções próprias e originais, adequadas ao meio¹¹. Creio que, justamente por causa desse processo de assenhoração das terras brasileiras, a avaliação das influências do clima foi um dos pontos básicos sobre o qual essa geração refletiu.

Algumas décadas depois, em período no qual os homens de letras e de ciências se dedicaram ao processo de construção de uma identidade nacional, a questão ganhou contornos mais nítidos e maior centralidade. Em 1836, alguns brasileiros publicaram em Paris dois números de uma revista, que se tornou posteriormente um dos marcos iniciais de nosso Romantismo: *Nicteroy*. Domingos José Gonçalves de Magalhães, no texto que se tornaria famoso, *Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil*, aborda o tema do clima tropical, passagem obrigatória para quem, no Brasil, desejasse se afirmar como homem de letras, poeta ou qualquer atividade que demandasse qualidades do “espírito”. Magalhães expressa, nesse

¹⁰ Alexandre Rodrigues Ferreira, “Observações Gerais e Particulares sobre a Classe dos Mamíferos Observados nos Territórios dos Três Rios das Amazonas, Negro, e da Madeira: com Descrições Circunstanciadas, que Quase Todos Eles, Deram os Antigos, e Modernos Naturalistas, e Principalmente, com a dos Tapuias”, in *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias – Zoologia e Botânica*, S. I., Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 74.

¹¹ M. O. da Silva Dias, “Aspectos da Ilustração no Brasil”, in *Revista do IHGB*, primeiro trimestre, 1968, pp. 105-70.

ensaio, alguns pressupostos que funcionam como base para suas reflexões. Ele toma a influência do clima sobre as pessoas como fato estabelecido e remete o leitor à autoridade de Buffon e de Montesquieu:

“Tão geralmente conhecida é hoje essa verdade que a disposição e caráter de um país grande influência exerce sobre o físico e o moral dos seus habitantes que a damos como princípio e cremos inútil insistir em demonstrá-la com argumentos e fatos, por tantos naturalistas e filósofos apresentados. Aí estão Buffon e Montesquieu que assaz o demonstram”.

Magalhães defende essencialmente dois argumentos nesse ensaio. Em primeiro lugar, afirma que o clima e a natureza do Brasil teriam necessariamente influenciado a sensibilidade de seus habitantes, daí afirmar que os indígenas brasileiros eram extremamente musicais:

“[...] este abençoado Brasil com tão felizes disposições de uma pródiga natureza, necessariamente devia inspirar os seus primeiros habitantes; os brasileiros – músicos e poetas – nascer deviam. E quem o duvida? Eles foram e ainda o são. Por alguns escritos antigos, sabemos que algumas tribos indígenas se avantajam pelo talento da música e da poesia, entre todas, os tamoios, que no Rio de Janeiro habitavam, eram os mais talentosos.”

O segundo argumento diz respeito à “imaginação” e ao talento dos novos habitantes do Brasil. Segundo ele: “A poesia brasileira não é uma indígena civilizada; é uma grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil”.

Assim, Gonçalves de Magalhães resolve uma questão fundamental: que tipo de influência poder-se-ia esperar do clima do Brasil? A tese do poeta é bem mais radical do que parece à primeira vista. Boa parte dos que escreveram sobre a natureza brasileira e a musicalidade dos trópicos afirmava exatamente o oposto, inclusive Buffon, a quem Magalhães não deixa de se referir.

O famoso naturalista do século das Luzes fora um dos principais críticos da natureza americana. Ele buscou explicar o que acreditava ser uma insuficiência canora das aves da América por meio da influência nefasta do clima e pelo fato de os pássaros terem como modelo as vozes dos indígenas, que considerava desagradáveis.

No século XIX, algumas das crenças dos séculos anteriores foram renovadas. Hegel foi um dos que ajudaram a fixar a imagem negativa da sonoridade do Novo Mundo. Apoiado nos relatos científicos de Johan Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, o professor de Iena estabeleceu a existência de uma oposição entre calor e som:

“Nos pássaros tropicais é portanto o calor que não preserva em si, mas funde e impulsiona para o brilho metálico da cor este ser-em-si, este estado de sua idealidade interna como voz; isto é, *o som naufraga no calor*. A voz já é na verdade algo mais alto que o som, mas também a voz se mostra aqui nesta oposição ao calor do clima”¹².

Hegel cita em nota um trecho do relato da viagem de Spix e Martius ao Brasil, realizada entre 1817 e 1820, no qual os viajantes descrevem o belo canto de um pássaro brasileiro, embora, segundo eles,

**Abaixo,
gravura de
tipos indígenas
referente
à viagem de
Spix e Martius
ao Brasil
(1817-1820)**

¹² Hegel, verbete “O Calor”, § 303, *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio: 1830*, São Paulo, Loyola, 1997, vol. II [A Filosofia da Natureza], p. 197 (grifo meu).



Spix, Johan Baptist von e Martius, Carl F. Phil. von. *Reise in Brasilien*, Munique, 1823-1832, 3 vols. e atlas.

seja “costume negar aos cantores da floresta americana toda expressão harmoniosa e conceder-lhes somente como vantagem o esplendor das cores”. O exemplo que dão, apesar de não se igualar ao canto do rouxinol, demonstraria que há melodia no canto das aves brasileiras. Os bávaros acrescentam, entretanto:

“De resto é imaginável que, se um dia deixarem de ressoar pelas florestas do Brasil os quase inarticulados sons de homens degenerados [os indígenas], também muitos dos emplumados cantores não de produzir refinadas melodias”¹³.

Assim, Spix e Martius sugerem que as vozes dos animais sejam uma espécie de imitação da fala humana. Como, de acordo com as teorias de Martius, os indígenas brasileiros seriam os descendentes degenerados de povos mais desenvolvidos, o canto dos pássaros brasileiros não teria modelo de beleza para inspirá-lo. Em Hegel, homens, pássaros e calor articulam-se organicamente nesse lugar essencialmente tropical, alheio à história e ao desenvolvimento do espírito¹⁴.

Nada mais distante da poesia dos tamoios de Gonçalves de Magalhães do que os grunhidos atribuídos aos indígenas por Martius. No entanto, em todos os autores citados há uma certeza: não há discordância quanto ao império do clima sobre a arte, a beleza, o caráter, os costumes e as aptidões dos homens e animais. Gonçalves de Magalhães se remete a Buffon e Montesquieu no que diz respeito à existência das determinações do clima, já que o poeta faz a inversão do pólo negativo para o positivo e não uma crítica aos pressupostos desses autores. Montesquieu é a principal referência dos séculos XVIII e XIX no que se refere ao caráter dos povos que habitam os países quentes.

Em seu famoso livro *De l'Esprit des Loix*, de 1757, embora não se refira diretamente aos americanos – seu alvo são os habitantes da Ásia –, o filósofo sintetizou e sistematizou diversos elementos tradicionais e modernos, numa espécie de “teoria das fibras”¹⁵. Segundo ele, o ar frio contrai

as extremidades das fibras exteriores do corpo, o que as diminui e aumenta sua força e elasticidade. Isso favoreceria o retorno do sangue das extremidades para o coração. O ar quente, ao contrário, relaxa as extremidades das fibras e as alonga, diminuindo sua força e sua elasticidade. Daí, conclui que nos climas frios o coração tem mais potência. Os efeitos disso são: maior vigor, mais coragem, consciência de sua superioridade e menor desejo de vingança, maior franqueza. Além disso, o frio contrai a pele e fecha seus poros, reduzindo a sensibilidade das terminações nervosas, que ficam protegidas da ação dos objetos exteriores. O argumento prossegue:

“Nos países frios ter-se-á pouca sensibilidade para os prazeres; ela será maior nos países temperados; nos países quentes, ela será extrema. Como distinguimos os climas pelo grau da latitude, poder-se-ia distingui-los, por assim dizer, pelos graus de sensibilidade”.

Nos países quentes reinaria, assim, a busca pelo prazer sensorial e sexual, em detrimento da moral. A conclusão a que chega estabelece um perfil dos habitantes do planeta em consonância com o lugar em que habitam:

“Encontraremos nos climas do norte povos com poucos vícios, bastante virtudes, muita sinceridade e franqueza. Aproximemo-nos dos países do meio-dia, acreditaremos estar longe da própria moral: as paixões as mais vivas multiplicarão os crimes: cada qual buscará a tomar sobre os outros todas as vantagens que possam favorecer essas mesmas paixões. Nos países temperados, encontraremos povos inconstantes em suas maneiras, nos seus vícios e virtudes; o clima não possui qualidade suficientemente determinada para fixá-los”¹⁶.

As palavras de Montesquieu sintetizaram de forma tão convincente as relações entre climas e povos, que seus ecos se fazem sentir não apenas na época das Luzes. Por exemplo, os textos médicos que tratavam

13 Trechos citados por Hegel, loc. cit. A primeira edição do primeiro volume da *Reise in Brasilien* é de 1823. Cf. a edição brasileira: J. B. von Spix e C. F. Ph. Von Martius, *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*, 1981, p. 115, vol. 1.

14 Além de várias referências extraídas da obra de Spix e Martius, outros relatos de viajantes ao Brasil serão fontes importantes para Hegel a propósito do “retardamento” histórico-cultural dos povos nativos tropicais como produto das condições “adversas” do meio geográfico e biológico, entre eles os de Maximiliano de Wied-Neuwied e Henry Koster.

15 Pierre Bourdieu, “A Retórica da Cientificidade. Contribuição para uma Análise do Efeito Montesquieu”, in *A Economia das Trocas Linguísticas. O que Falar Quer Dizer*, São Paulo, Edusp, 1996.

16 Montesquieu, *O Espírito das Leis*, 1757, livro XIV.

da aclimação de pessoas a climas estrangeiros, ao longo de todo o século XIX, baseavam-se nas mesmas premissas do grande *homme de lettres*. É claro que idéias semelhantes às de Montesquieu, como já foi dito, estão presentes em diversos outros autores, inclusive no médico grego Hipócrates, sem o julgamento negativo dos climas quentes.

O que têm em comum os textos dos brasileiros? A sombra de Montesquieu, ou seja, a reflexão sobre a possibilidade da existência de instituições civilizadas no Brasil. As considerações sobre os indígenas não tratam exclusivamente dos primeiros habitantes do Brasil: os naturalistas e homens de letras e de ciências falam também de si, da possibilidade de sua própria existência.

Gonçalves de Magalhães, ao afirmar que a poesia brasileira era uma européia aclimatada no Brasil, resguarda, no entanto, a possibilidade de inserção da cultura nacional no universo das nações ditas civilizadas. Além disso, traça uma linhagem grega para a cultura brasileira e seus porta-vozes. A imagem da aclimação é bastante significativa: o meio deixa suas marcas em uma matriz que vem do exterior.

Assim, da Ilustração à primeira geração romântica, os homens de ciência locais forjaram sua identidade e legitimaram sua demanda para produzir saber enfrentando conceitualmente a idéia de que os climas quentes não são adequados para a produção de conhecimento válido. Além disso, esperava-se que no Brasil o modo de vida e a produção artística e intelectual encontrassem formas particulares de existência, fugindo, dessa maneira, da imitação da civilização européia; caso contrário, as características culturais locais estariam condenadas a ser caricaturas do original bem-sucedido. Como pano de fundo desses desejos, reside a crença na adequação da natureza humana ao ambiente. Qualquer que seja a posição política, filosófica e científica a que se chegasse, o enfrentamento do “efeito Montesquieu”¹⁷ era inevitável.

As gerações posteriores, que viveram o período de estabilidade do Império, de consolidação de instituições e de fixação

de monopólios de saber, construíram a identidade dos homens de letras e de ciências nacionais em diálogo permanente com a tradição. No Brasil, a questão nacional forjou-se intimamente associada à questão do clima. Ao reavaliar de forma positiva o determinismo ambiental e ao inverter as concepções eurocêntricas, muitos conceberam a idéia de que só um brasileiro pode conhecer o Brasil.

Um exemplo significativo da afirmação de que só o saber produzido por brasileiros é autêntico vem da primeira expedição científica nacional: a Comissão Científica de Exploração (1859-61). Idealizada pelo IHGB e patrocinada pelo governo imperial, a expedição percorreu regiões do Nordeste brasileiro, principalmente do Ceará. A equipe era composta por Francisco Freire Alemão, Guilherme Schüch Capanema, Manuel Ferreira Lagos, Giacomo Raja Gabaglia, Antonio Gonçalves Dias e pelo pintor José dos Reis Carvalho, além de diversos ajudantes.

Malfalada, de reputação duvidosa, alguns chegaram a referir-se a ela como comissão “defloradora”¹⁸, em alusão às incursões sexuais dos participantes pelos sertões. Seu principal apelido foi, no entanto, “Comissão das Borboletas”, o que desvia a crítica da moralidade para a inutilidade da empreitada. Atualmente, a memória da expedição ficou associada à presença do poeta Gonçalves Dias e à malograda tentativa de naturalização de dromedários no Ceará promovida pelos viajantes, em associação com a Sociéte Impériale d’Acclimatation, de Paris.

Diversos brasileiros já haviam percorrido o país com propósitos científicos; a Comissão Científica de Exploração, no entanto, caracterizou-se por sua dimensão inusitada e por abarcar diversas áreas do conhecimento. Gonçalves Dias e Raja Gabaglia compraram, na Europa, o que tinha de mais moderno e confiável em termos de instrumentos científicos. Compraram também uma biblioteca científica, encomendada ao livreiro Brockhaus, de Leipzig, contendo uns 2.000 volumes de livros e periódicos, em grande parte ilustrados, escolhidos a dedo.

17 Expressão de Bourdieu, op. cit.

18 Cf. Renato Braga, *História da Comissão Científica de Exploração*, s.l., Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 52; e carta de Gonçalves Dias a Antonio Henriques Leal, Ceará, 17 de julho de 1859, in *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), vol. 84, 1964, p. 258.

Tamanha despesa só pôde ser feita por causa do interesse do imperador pela expedição e por ter o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das mais respeitadas instituições da Corte. Dizem os documentos oficiais que a expedição nasceu por proposta de Manuel Ferreira Lagos, secretário do IHGB e assistente de zoologia do Museu Nacional. Seu principal argumento ao convocar os sábios brasileiros para a realização de uma expedição científica era a necessidade de pôr fim aos erros difundidos pelos naturalistas estrangeiros. Na sessão do IHGB em que fez sua proposta, o secretário atacou o relato de viagem de Castelnau, que estivera no Brasil entre 1843 e 1847. Com a proliferação de viajantes a partir de 1808, com efeito, muitos relatos traçam panoramas fantasiosos das cidades visitadas ou, então, descrevem aspectos da sociedade que muitos preferiam relativizar, tais como a escravidão e os costumes populares. Num contexto de afirmação das elites imperiais, as instituições locais reivindicam para si o *status* de produtores de conhecimento sobre a natureza e a sociedade.

Um corolário da crítica ao trabalho dos estrangeiros foi a exaltação do gênio nacional e a crença de que só um brasileiro seria capaz de compreender o Brasil e suas regiões.

Gonçalves Dias, membro da Comissão Científica de Exploração, também criticou, à sua maneira, os cientistas europeus. Depois de ter percorrido o Ceará, o poeta foi para a Amazônia dar prosseguimento a suas pesquisas etnológicas, pois não achava quase índios em suas andanças sertanejas. De Manaus, pouco antes de voltar ao Rio, e de lá para a Europa, Dias escreve uma longa carta a seu amigo Antonio Henriques Leal¹⁹, para ser publicada. Nessa missiva, um dos seus melhores escritos sobre a Amazônia, Dias estabelece uma comparação entre a observação de um brasileiro e a de um estrangeiro, representados por ele e pelo naturalista Martius. Vale lembrar que o bávaro em nada se assemelha a um viajante superficial e mentiroso; ao contrário, é considerado um dos maiores especialistas em história natural e cultura brasileiras do século XIX. O texto de Dias começa com uma

descrição do Rio Amazonas e seu entorno, que ele diz lembrar um imenso arquipélago: “O Amazonas! Ao pronunciar esta palavra todo o coração brasileiro estremece.” Em seguida, descreve a vegetação, “vigorosa e rica”, que perfuma os ares. Diante de tal natureza, o descrente abandonaria a imaginação sombria e sentiria orgulho de se chamar “brasileiro”. Porém, o reverso da moeda é “todo o arsenal do diabo em número infinito de instrumentos”: Meruins, micuins, piuns, mosquitos, mutucas, aranhas, lacraus, cobras, etc. Assim,

“Nesta Babel de pragas, a poesia, como passarinho ao cair da tarde, esconde-se, que ninguém sabe mais notícias dela. Engano-me: a poesia do naturalista, botânico ou zoólogo, principalmente se é alemão, resiste a tudo. Martius no Japurá ou Grão-Caquetá, como melhor se chame, fez um poema à solidão das florestas”.

Não que deixasse de admirar a musa alemã, ao contrário, ele a desvela da seguinte maneira:

“É uma dessas donzelas, um pouco inteiriças, mas cheias de poesia e dignas de acatamento, atravessando as vastas salas de um antigo castelo feudal, entre retratos que amedrontam e amplos rases, que movidos ao sopro de vento frígido numa noite de inverno, dão vida e movimento a um mundo fantástico, ideal e para sempre desvanecido!”

Do mundo ideal povoado por Kant, Fichte ou Schelling, a musa alemã é evocada pelo poeta e convidada a descer: “Musa, onde me sobes?! – Desce, vadia, senta-te com propósito, e conta-nos.../ Ai! Já me esquecia que se tratava de pragas, micuins, e miudezas quejandas!”. Desse modo, Dias ironiza a metafísica alemã e traça para o conhecimento brasileiro um caminho que é o de conhecimento sensorial, concreto, de quem, à beira dos rios e em meio às florestas, convive com os males que reinam no país: doenças, insetos, animais peçonhentos, povo ignorante, abandono, pobreza. Em

¹⁹ Carta de Gonçalves Dias a Antonio Henriques Leal, Manaus, 20 de dezembro de 1861, in *Anais*, vol. 84, op. cit., p. 311-317 (publicada no jornal amazonense *O Progresso*).

seu diário de viagem ao Rio Negro deixou registradas algumas impressões aterradoras, como esta, quando saía de Tomar:

“A igreja sem janelas e sem fechaduras – os santos e alguns pobres paramentos fechados na sacristia. O professor não tem alunos. É tudo miséria e destruição. O diretor dos Índios de Mariná está no Pará – não deixou quem fizesse as suas vezes”²⁰.

Areivindicação de “realidade”, da parte de Dias, não impede a exaltação da natureza pátria. Não faltariam exemplos de passagens em louvor das belezas e riquezas naturais do Brasil. Sua abordagem foi, no entanto, bem diferente do indianismo da primeira geração romântica. A investida estética e intelectual do poeta maranhense, que transitou mais ou menos à vontade entre Paris, o Cariri e o Amazonas, teve suporte antropológico. Em sua memória apresentada ao IHGB, *Brasil e Oceania*²¹, já havia defendido a tese de que os tupis brasileiros têm mais capacidade de civilizar-se que os nativos dos mares do Sul.

Quando ainda estava na Europa, às voltas com a compra de livros e material para a comissão, Dias comprou um craniômetro e buscava um cefalômetro que constava de sua lista, embora achasse que ambos se equivalessem, já que não há como medir o cérebro propriamente dito. Esses instrumentos seriam necessários para seguir as instruções da seção etnográfica²², estabelecidas em 1857, fortemente impregnadas pelas teorias raciais então em voga, em que são citados Camper e Gall. O poeta, de todo modo, não parece totalmente convencido da pertinência dos métodos de medição

da antropologia física. Diz que é possível que exista relação entre a capacidade do crânio e a quantidade de matéria cerebral, “ainda que há nisso muito que se lhe diga”.

Procurava, ainda, no comércio europeu, um goniômetro facial, indicado por Lagos, mas acrescenta: “[...] também se o não achar, não é grande a perda, pois que não creio muito no sistema. Seria preferível um dinamômetro para ver que o caboclo²³ tem mais guzo”²⁴. “Guzo”, segundo a definição do *Dicionário de Caldas Aulete*, é palavra de origem africana que designa força. A defesa do vigor físico e cultural dos indígenas se harmoniza com o que todos os brasileiros possuem em comum: a beleza e o encanto do país. Para a Amazônia, o poeta escreveu uma espécie de hino em honra da pátria. A natureza preside à celebração. Lá

“[...] respira-se às largas, em ondas, a plenos pulmões, como se toda a atmosfera não bastasse para satisfazer a sede de olfato, que se desperta sôfrega, que é poesia ainda, que se converte em amor! – amor por todos quantos respiram sob este céu abençoado, e cujos peitos, se alguns tendes por perto, arfam acordes convosco num sentimento invisível de amor da pátria e benevolência recíproca”²⁵.

Gonçalves Dias não se libertara do “efeito Montesquieu”. Estava em jogo na valorização da natureza brasileira a possibilidade de produção local de conhecimento e de cultura. Nesse sentido, o indianismo romântico ou a reflexão sobre o homem natural dos ilustrados podem ser compreendidos como movimentos de redefinição da tradicional divisão climática das competências.

20 Antônio Gonçalves Dias, *Diário da Viagem ao Rio Negro*, Rio de Janeiro, ABL, 1997, p. 46.

21 Idem, “Brasil e Oceania”, in *Obras Posthumas*, São Luiz, s. edit., 1869.

22 Reproduzidas em Braga, op. cit., pp. 202 a 209.

23 Nos documentos relativos às suas viagens, Gonçalves Dias se refere aos índios como “caboclos”.

24 Carta de Gonçalves Dias a Capanema, Paris, 3 de setembro de 1857, in *Anais...*, vol. 84, op. cit., p. 227.

25 Carta de Gonçalves Dias a Antonio Henriques Leal, Manaus, 20 de dezembro de 1861, in *Anais...*, vol. 84, op. cit., p. 314.